

# Formação de agentes populares de saúde na região amazônica do Brasil em tempos de pandemia: do possível ao inédito viável

István van Deursen Varga\* ; Lizandra Guedes\*\* ; Maria Divina Lopes\*\*\* ; Sara Rodrigues da Costa\*\*\*\* e Zaira Sabry Azar\*\*\*\*\*

## Resumo:

O artigo sistematiza experiência de formação de agentes populares de saúde na região Amazônica. Demarca o contexto da crise estrutural brasileira agravada pelo novo coronavírus, evidenciando de forma incontestada as desigualdades sociais, sendo as populações proletarizadas, periféricas e negras as mais atingidas pela pandemia no país. Pontua a Campanha Periferia Viva com suas ações de solidariedade, cuja perspectiva apresenta-se para além da dimensão filantrópica, assumindo dimensão política de classe. Apresenta a proposta político pedagógica, assim como alguns resultados da experiência. Conclui com indicações sobre desafios e conquistas do processo de formação e mobilização política feito pelos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** formação política; mobilização popular; agentes comunitários de saúde.

---

\* Doutorado e pós-doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da UFMA. São Luis, Maranhão. E-mail: istvan.varga@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3171-1748>

\*\* Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora Político Pedagógica da Jornada de Alfabetização do Maranhão. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Imperatriz, Maranhão. E-mail: lizandraguedes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5184-0972>

\*\*\* Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Professora na Escola Municipal João do Vale (Açailândia - MA). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Imperatriz, Maranhão. E-mail: divina.lopes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9358-2665>

\*\*\*\* Médica pela Universidade de Ciências Médica de Havana – Cuba. Compõe a Rede de Médicos Populares. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Imperatriz, Maranhão. E-mail: saradgcosta@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4999-0274>

\*\*\*\*\* Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Docente do Departamento de Serviço Social (DESES/UFA). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Luis, Maranhão. E-mail: zairasabry@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0118-9530>

# The Training of Popular Health Agents in the Amazon Region of Brazil in Times of Pandemic: From the Possible to the Unprecedented but Viable

## **Abstract:**

This article systematizes the training experience of popular health agents in the Amazon region. It delineates the context of the Brazilian structural crisis aggravated by the new coronavirus, which has undeniably put in evidence social inequalities, with proletarianized, marginalized and black populations being the most affected by the pandemic. It highlights the solidarity of the Campaign for a Living Periphery, whose perspective is presented beyond its philanthropic dimension, to a political class-based dimension. It presents the political-pedagogical proposal of this experience, as well as some of its results. It concludes by identifying some challenges and achievements of the training and political mobilization process undertaken by social movements.

**Keywords:** political training; popular mobilization; community health agents.

## **Introdução**

Este artigo trata da sistematização do processo formativo de Agentes Populares de Saúde, realizado por meio da parceria entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA)<sup>1</sup>. O trabalho deu-se em meio à pandemia do novo coronavírus, que exigiu procedimentos de distanciamento físico que alterou comportamentos e relações entre pessoas, famílias e populações. Mas também alterou a dinâmica do trabalho, da economia e da política, afetando de forma profunda o jeito e os processos de organizações e movimentos sociais que, em sua metodologia têm como tradição a cultura da proximidade, das reuniões, dos debates, do afeto e da amizade.

Foram súbitas e imprevistas as transformações no seu fazer cotidiano. Com as recomendações dos organismos e autoridades sanitárias, de distanciamento físico, as relações passaram a acontecer de forma remota e os movimentos sociais, em especial os camponeses, encontraram-se frente a grandes e profundos desafios para dar continuidade ao trabalho de mobilização de suas bases. Afinal, as populações do campo estão entre as que têm menos acesso às tecnologias, o que gera dúvidas, questionamentos e divergências quanto às metodologias possíveis a estes grupos. Certeza, uma apenas: a da necessidade premente da organização da classe trabalhadora, tão duramente afetada.

---

<sup>1</sup> O projeto, em sua construção e realização contou com a participação, além das autoras e autor deste artigo, de Andreia Campigotto (UFPE e MST), Dulcinéia de Fátima Ferreira (NuRuNI/UFMA); Gilvânia Ferreira da Silva (UEMASUL e MST), Ilse Gomes da Silva (UFMA), Jaqueline Trinta Rios (Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão), Kelli Mafort (MST), Nívea Regina da Silva, (MST/Brigada de Cuba) Raimundo Luís Silva Cardoso (NuRuNI/HU-UFMA); Rosana Lima Viana (FUNASA/NuRuNI) e Sirliane de Souza Paiva (DEENF/UFMA).

Nesta perspectiva, foram surgindo e se consolidando ações e projetos organizativos. Nesse contexto é que o Curso de Formação de Agentes Populares de Saúde do Maranhão será apresentado. Para tanto, o texto se estrutura em três itens. No primeiro é feita uma reflexão sobre a necessidade da organização no contexto da pandemia, elemento agravante da crise do capital. No segundo é apresentada a proposta do curso em questão e, no terceiro, são apresentados os resultados do projeto. Conclui-se que, mesmo diante de limites e desafios, o Curso constituiu importante ferramenta político-organizativa de mobilização popular, fortalecendo ações de cuidado do povo pelo próprio povo em diversas dimensões.

### **Formação e mobilização popular: estratégia de enfrentamento ao capital**

O Brasil vive hoje uma crise sem precedentes, que se aprofundou com a pandemia da covid-19, e segue se intensificando. Perdemos milhares de vidas e pessoas seguem morrendo, principalmente em territórios e regiões onde o sistema público de saúde é mais precarizado, a exemplo dos estados do Norte e Nordeste. Constituída como crise mundial, se mostra com gravidade porque “a crise sanitária é inédita na velocidade de difusão da contaminação, da agressividade sobre a saúde, os impactos sobre o sistema de saúde levam-no ao colapso, com mortes que tendem a chegar a milhões” (Lúcio *apud* Santos, 2020, s/p). Terminamos 2020 com mais de 2 milhões de mortes no mundo e mais 200 mil no Brasil.

Essas vidas perdidas têm nomes, corpos, cor, famílias e territórios. Em nosso país, a grande maioria é de vidas pretas, indígenas, periféricas e camponesas. Ou seja, a classe trabalhadora em geral é a principal vítima dessa política genocida implementada pelo atual governo federal, articulada à dinâmica do capital internacional, numa disputa agressiva pela riqueza social produzida em escala planetária.

No Brasil, a atual crise do capitalismo, que é estrutural, tem produzido fortes impactos econômicos, sociais e ambientais, intensificando a destruição da biodiversidade, elevando os índices de pobreza, com o desemprego, o trabalho precarizado, chacinas planejadas, migrações massivas, aumento dos suicídios e encarceramento dos pobres, na maioria negros e negras, na lógica de “o capital só pode se ampliar destruindo, e é por isso que ele destrói a força humana de trabalho em proporções monumentais, destrói a natureza de modo visceral” (Antunes *apud* Santos, 2020, s/p).

O capitalismo tem potencializado sua face primitiva, produzindo e reproduzindo uma humanidade brutalmente violenta e violentada. Essa atuação

regressiva do capital produz as benesses de uma minoria e impõe um projeto de *trabalho escravizado, precarizado*, com a eliminação física das massas. Mesmo em tempos de pandemia, “a economia do capital não visa saúde pública, educação pública, previdência pública, alimentação; é o destroçamento. Então, a questão crucial hoje é a luta pela vida” (Antunes *apud* Santos, 2020, s/p).

Vivemos em um tempo histórico que impõe enormes desafios às organizações populares do campo e da cidade, aos lutadores e lutadoras do povo, instituições públicas, religiosas, artísticas, culturais, territórios e comunidades que defendem os direitos humanos. É fundamental o enfrentamento à crise organizativa que a classe trabalhadora vivencia, com propostas de mudanças que indiquem a superação da exploração e das desigualdades e, como enfatiza Lúcio (*apud* Santos, 2020, s/p), trata-se de

disputar a estratégia de saída que deve conter a perspectiva de superação do modelo vigente. Não se trata de voltar ao mundo do passado recente. Voltar para a ‘normalidade’ é ingressar novamente no mundo que criou esse caos. Trata-se, portanto, de enfrentar o desafio criativo de inventar um novo mundo.

Diante da leitura dessa realidade, organizações da cidade e do campo, dentre elas o MST, vêm desenvolvendo diversas ações em plena pandemia, buscando mobilizar a população para o debate e reflexão sobre a política destrutiva que está em curso em nosso país. A principal aposta tem sido na retomada do trabalho de base e mobilização popular, focando em ações de formação das massas para o despertar da consciência crítico-transformadora das pessoas; e no desafio de inseri-las nos mais variados campos das lutas populares. E,

Esto lleva a una necesidad vital de redefinición de la relación hombre-naturaleza, que se expresa en una nueva visión del mundo y del uso y gestión de sus recursos naturales, al mismo tiempo que recupera de una visión humanista que coloca como principal objetivo económico y social el pleno desarrollo del ser humano. (Bruckmann, 2011, p. 07)

Através de cursos de formação popular e ações de trabalho de base tem sido problematizada a atuação do governo Bolsonaro no contexto da pandemia, com destaque aos elementos da crise sanitária, do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e da destruição da política agrária e ambiental. Muitas são as questões sobre a atual política implementada pelo governo federal e pela ganância da elite desse país, os quais defendem a exploração desenfreada, o machismo, a LGBTfobia e a violência racista, que degeneram e expropriam vidas humanas.

Os movimentos e organizações sociais denunciam a negligência do poder público, as queimadas e desmatamento na Amazônia e no Pantanal, com

enormes extensões territoriais destruídas pelo fogo; o agravamento dos casos de feminicídios e de violência contra a população, principalmente pobre e negra. Defendem a luta pelo auxílio emergencial, pelo fortalecimento e ampliação do sistema público de saúde, dentre outros enfrentamentos diários, travados pela classe trabalhadora. Desta feita, defende-se que

Só sairemos disso através das lutas das periferias, das comunidades indígenas, da classe trabalhadora masculina, feminina, branca, negra, indígena, da juventude, do movimento negro, da revolução feminista - há uma revolução feminista em curso e é vital que ela adira, como muitos dos seus setores vêm fazendo, a uma luta contra a opressão masculina, contra a opressão de gênero e contra as formas de opressão e dominação do capital. E a questão vital do nosso tempo é: temos que lutar pela vida e não pelo lucro (Antunes *apud* Santos, 2020, s/p.).

A luta de classes acontece nas fábricas, bairros, comunidades, escolas, municípios, territórios indígenas, quilombolas, camponeses, organizações populares, partidos, instituições públicas, religiosas, ou seja, onde existe opressão e exploração. Neste sentido, o trabalho de base tem se demonstrado um importante instrumento de organização popular, que deve ser potencializado nos diferentes espaços, a partir das condições objetivas e subjetivas que cada realidade oferece.

Para isso, é necessário desenvolver formas de estimular, mobilizar e organizar a vontade popular, com aspiração transformadora e revolucionária da sociedade brasileira; e potencializar a formação e articulação das massas como algo essencial e necessário para avançarmos nas pautas de luta e reivindicações da classe trabalhadora. É urgente estimular o protagonismo das classes populares nas lutas contra a fome, o desemprego, a violência a mercantilização da terra e da água, a privatização das empresas estatais, defesa da saúde, educação, bancos públicos, que são riquezas do povo brasileiro.

As populações do campo e da cidade devem seguir enfrentando a ação destrutiva do agronegócio e a violência do capital nos territórios, persistindo no desafio de produzir alimentos saudáveis e diversificados para alimentar a classe trabalhadora, enquanto a solidariedade entre a classe trabalhadora deve continuar fortalecida por meio da partilha do alimento, do conhecimento, da arte, da cultura e das lutas revolucionárias que estimulem o levante das massas. Para tanto, a formação destas populações deve acontecer em quaisquer que sejam as circunstâncias, mesmo adversas, como a de distanciamento social, caso da experiência em pauta, a qual trataremos a seguir.

## **Agentes Populares de Saúde: fortalecendo a solidariedade de classe nos territórios**

O contexto pandêmico e as manifestações caóticas do governo brasileiro no que se refere ao enfrentamento à grave crise sanitária que se instalou no país, provocou muitas ações e iniciativas da sociedade civil para mitigar os graves impactos para as populações pobres, em especial, as periféricas. Iniciativas de diversos matizes, algumas com viés caritativo e filantrópico, caracterizadas pela passividade, onde um dá e o outro recebe e acaba aí a relação estabelecida; outras apresentam caráter de solidariedade intraclasse, manifesta nas relações cotidianas de forma ativa, efetivada pelo reconhecimento e responsabilidade subjetiva e coletiva, do respeito mútuo, cada um cuidando de si e de todas e todos.

Com a perspectiva de solidariedade intraclasse, foi desencadeada a Campanha Periferia Viva, uma campanha nacional de solidariedade para combater o coronavírus, “uma iniciativa dos movimentos sociais, sindicais, estudantis, do campo e da cidade, que somam esforços para semear valores e práticas de solidariedade frente ao contexto da pandemia do novo coronavírus” (CNPV, 2020, p. 06), nas periferias das grandes cidades do país. Dentre as organizações sociais, compõem a Campanha, o Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Levante Popular da Juventude e Rede de Médicos Populares.

Tal iniciativa acontece porque os sujeitos envolvidos reconhecem e lutam “contra as desigualdades históricas que excluem e negam direitos básicos ao povo brasileiro, como o próprio direito à vida” (CNPV, 2020, p. 06). Esta luta, neste momento de pandemia, que no país se configura com a particularidade de um governo caracterizado pelo escárnio com a classe trabalhadora, com uma ofensiva sem precedentes aos direitos sociais e trabalhistas historicamente construídos com as lutas e mobilizações populares; que nega e negligencia as políticas públicas, com o desmonte de organismos e privatização de serviços públicos. Ou seja, a pandemia apenas agrava a já caótica situação em que se encontra a população empobrecida do país, assim, poderia se dizer que “o desemprego, a fome, o pagamento do aluguel e o custo de energia assustam tanto quanto a covid-19” (Melito, 2020, s/p)

Para a efetivação da luta contra as desigualdades, as ações de solidariedade assumem a perspectiva dialógica e mobilizadora, fortalecendo processos em que “os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados” (Freire, 1987, p. 36). Dialógica porque difere de soluções assistencialistas, que fazem da pessoa assistida “objeto passivo, sem

possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação” (Idem); chamando o assistido “objeto” a se tornar sujeito pela ação na construção de uma nova ordem.

Com este entendimento e com a falta de ações concretas do governo federal de combate à pandemia, foram organizadas atividades formativas específicas sobre os cuidados das populações empobrecidas, porém, situando estes cuidados nas condições históricas destas populações, provocando a reflexão sobre tais determinações e o papel de todas e todos na dinâmica.

Nesta perspectiva, a Periferia Viva “é a classe trabalhadora viva, é a capacidade popular de organização da participação dos/as trabalhadores/as na defesa da vida, da vida dos seus familiares, da sua comunidade, da sua cidade, para ao longo desse processo preparar-se para defender um projeto de país”. (CNPV, 2020, p. 06). Assim, na ideia de um projeto de país que transforme as históricas estruturas das desigualdades e fazendo frente aos desafios impostos pela pandemia, o MST, enquanto movimento nacional, organizou diversas ações de solidariedade na sua perspectiva política e a formação da militância, com a realização de cursos em várias áreas. A formação de Agentes Populares de Saúde aconteceu em vários estados do país, tendo como referência a Campanha Periferia Viva.

No Maranhão, este curso foi realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, como atividade de extensão, através do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Núcleo de Extensão e Pesquisa com populações e comunidades rurais, negras, quilombolas e indígenas – NuRuNi-, do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente.

Em sua proposição, o Curso foi construído com a intenção de constituir um processo formativo em que os participantes sejam mobilizadores populares nas comunidades do campo e cidade, militantes sociais de organizações populares que atuam no campo ou no meio urbano, que se dispõem a fortalecer as redes de solidariedade existente nas comunidades, intensificando o combate a pandemia, através da partilha de informações, conhecimentos, práticas de cuidados e defesa dos direitos. (MST/NuRuNI-UFMA, 2020, p. 01)

Ou seja, a proposta apresentava o caráter de classe, não se limitando às famílias organizadas pelo Movimento e nem às populações do campo. Concretamente, constituiu esforço de articulação e mobilização para fortalecer a classe trabalhadora.

Na singularidade do contexto pandêmico e considerando a condição do distanciamento físico recomendado pelas autoridades sanitárias nacionais e

internacionais, para garantir a maior participação possível, o Curso tomou a dimensão de uma atividade formativa da Região Amazônica, envolvendo os estados Maranhão, Pará, Tocantins e Rondônia.

Sua Coordenação Político Pedagógica – CPP, foi formada por uma coordenação acadêmica, responsável pela dinâmica institucional junto à Universidade, como registro do projeto, presença e providências necessárias à certificação; uma coordenação pedagógica, com docentes e militantes, responsável por preparar o conteúdo, articular as assessorias e pensar os processos metodológicos; e uma coordenação regional, responsável por articular as ações comunitárias nos territórios, o que implica em mobilizações em áreas de assentamentos e acampamentos, áreas quilombolas e indígenas, mas também junto a organizações sociais urbanas e camponesas de suas regionais específicas. Além das articulações nos territórios, coube às coordenações a realização das inscrições, mobilização, esclarecimentos, motivação e acompanhamento dos grupos participantes.

Enquanto projeto, a proposta apresentou como objetivos

Contribuir com a qualificação de ações de cuidadores, agentes populares, nas comunidades, no sentido de partilhar conhecimentos sobre o novo coronavírus, formas de prevenção e cuidados.

Articular e/ou fortalecer redes de solidariedade na defesa de direitos fundamentais, para que haja a garantia de proteção à vida e sobrevivência digna das populações mais vulneráveis, durante e após o contexto da pandemia do COVID 19 (MST/NuRuNI-UFMA, 2020, p. 01).

Para o alcance de tais objetivos, o Curso foi organizado com uma carga horária de trinta horas, sendo distribuída em quatro módulos, com seis aulas/encontros, cada um com carga horária de sete horas e meia, sendo realizado, em termos metodológicos, com base nos princípios da Alternância, que se caracteriza pela relação pedagógica entre teoria e prática, metodologicamente organizada em dois tempos: Tempo Aula e Tempo Comunidade. O Tempo Aula, composto pelo conteúdo teórico, sob responsabilidade das educadoras e educadores, neste projeto realizado na modalidade remota; e o Tempo Comunidade, quando educandas e educandos realizam atividades práticas em suas comunidades, dirigidas e orientadas pelos docentes.

Sobre a Pedagogia da Alternância, torna-se necessário destacar que esta “parte da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente” (Gimonet, 2007, p. 16), ou seja, o conteúdo programático, ao ser socializado entre educandas e educandos não eram o ponto de partida, não encontravam “tábula rasa”, mentes vazias e desprovidas



de conhecimento, educadoras e educadores encontraram sujeitos com história, vivências e experiências somadas aos novos conhecimentos.

Além das atividades/aulas, foram organizadas, pelas coordenações locais, atividades de apoio e acolhimento aos cuidadores/agentes populares, através de rodas de conversas, possibilitando um diálogo para troca de experiências e vivências. Foram dois meses de trabalho, com resultados bastante importantes, os quais serão apresentados na sequência. O conteúdo programático dos quatro módulos foi organizado em seis encontros assim organizados.

|   |             |  |
|---|-------------|--|
| Módulo I<br>Quem somos?                               | 1º Encontro | Quem somos enquanto região Amazônica? e O que sabemos sobre o vírus?   |
| Módulo II<br>Como podemos cuidar de nossa comunidade? | 2º Encontro | Investigando as causas do vírus e Como fazer o uso correto da máscara.   |
|   | 3º Encontro | Ecosistemas naturais e os vírus e Oficina de preparação de soluções para desinfecção. Socialização dos inventários da realidade. |
|   | 4º Encontro | Cuidado e autocuidado e Enfrentamento à violência nos territórios.   |
| Módulo III<br>Combatendo o vírus e suas consequências | 5º Encontro | Combatendo o vírus e suas consequências  |
| Módulo IV<br>Sem direitos não dá pra ficar em casa    | 6º Encontro | Sem direitos não dá pra ficar em casa<br>Avaliação do Curso e projeções de continuidade das ações.                               |

### **Formação política: mobilizando a resistência em tempos de pandemia**

Medir resultados de um processo formativo é sempre complexo e arriscado, pois se trata de matéria que abrange dimensões que fogem da quantificação e se expressam na vida concreta, por meio de transformações que serão sentidas a médio e longo prazo. Sendo o Curso uma experiência recente, alguns de seus impactos ainda estão por serem avaliados e dependem também da continuidade do trabalho nos territórios. Neste sentido, pretendemos expor alguns dos resultados mais imediatos que pudemos sistematizar, pontuando perspectivas que o processo nos apontou.

O curso contou com um surpreendente engajamento, que envolveu 143 educandas/os, de quatro estados da Região Amazônica<sup>2</sup>: Pará (6 educandos em 3 municípios, incluindo a capital), Tocantins (6 educandos em 1 município),

---

<sup>2</sup> O MST está organizado no Brasil em 23 estados e DF. A título de organização política, os estados são divididos em 5 grandes regiões: Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Amazônica, composta pelos estado do Pará, Maranhão, Tocantins e Roraima.

Roraima (8 educandos em 3 municípios, incluindo a capital) e Maranhão (123 educandos em 18 municípios, distribuídos por praticamente todo o estado, incluindo a capital).

A turma foi composta por uma ampla faixa etária (16 a 60 anos), com destaque para a juventude, já que 48,5% da turma era de jovens entre 16 e 30 anos. As demais educandas/os estavam na faixa de 31 a 40 anos (29,2%) e maiores de 40 anos (22,3%). Outro aspecto a ser notado é a presença massiva de mulheres, totalizando 79% da turma, o que nos confirma a grande presença feminina no campo dos cuidados, que se ampliou ainda mais na pandemia. Pesquisa realizada pela SOF (Sempreviva Organização Feminista) aponta que, em 2020, em média 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, sendo 52% das negras, 46% das brancas e 50% das indígenas.

Como já afirmamos anteriormente, apesar da iniciativa partir do Movimento Sem Terra, a proposta do Curso pretendia incluir outras forças populares, o que se efetivou com a participação de outras 8 organizações: Pastoral de Juventude, Levante Popular da Juventude, Justiça nos Trilhos, Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, Movimento Quilombola do Maranhão – Moquibom, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serdote-MA, Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara – MAB, K’Ubanoco (ocupação urbana de venezuelanos, localizada em Boa Vista-RR). Esta composição foi muito enriquecedora, permitindo, guardados os limites do meio digital, intensa troca de experiências.

Todos os participantes do Curso estão vinculados a alguma organização popular, seja compondo sua base social, ou quadros políticos, com inserção direta nos territórios de origem. A indicação das educandas/os foi feita por cada organização, a partir dos territórios, onde cada um pode indicar as/os companheiras/os com um perfil mais afinado com as tarefas que se desdobrariam a partir da formação. Esta metodologia ampliou as possibilidades de atuação das educandas/os nas áreas, já que suas ações foram reforçadas por coletivos mais amplos.

De acordo com a proposta do Curso, a formação de Agentes Populares de Saúde não pretende, de forma alguma, substituir a atuação de Agentes de Saúde nas comunidades. Pelo contrário, visa fortalecê-la, por meio da divulgação de informações relevantes sobre o Coronavírus, da socialização de práticas de cuidado e prevenção a serem adotadas, calcadas na medicina popular, e do estímulo ao desenvolvimento de ações de solidariedade e de organização comunitária em vários âmbitos, para além da saúde. Não foi exigida dos participantes formação ou atuação específica no campo da saúde, o que ampliou muito o público do Curso, formado, em grande parte, por pessoas vinculadas à educação (cerca de 65%).

O vínculo com o campo também é fator a ser destacado no perfil das educandas/os, já que 88% das participantes mora em comunidades rurais – sem-terra, pequenos agricultores e quilombolas – comunidades que lutam pela sobrevivência, reafirmando seu modo de vida e de relação com a natureza, em contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio. A maioria dos territórios enfrenta, hoje, investidas do grande capital, principalmente do agro-minero-negócio, que assedia os territórios com a expansão do plantio de soja e eucalipto, com a ampliação de linhas férreas e a ameaça de desterritorialização de comunidade tradicionais quilombolas pela Base de Alcântara.

No entanto, estes territórios estão sob incidência direta de movimentos populares, que organizam sua base social em diversas ações de resistência, seja no campo da produção de alimentos, na educação, saúde ou da articulação política. No inventário da realidade, produzido pelas próprias educandas/os, pudemos constatar que existe um nível mínimo de organização nos territórios, principalmente no que diz respeito às associações de moradores, que contribuem com a articulação de políticas públicas para as famílias, com destaque para a produção e comercialização de alimento. Todavia, as educandas/os apontam a insuficiência de políticas para dar suporte a estas atividades, fontes de renda prioritária das famílias.

Apesar de um certo nível organizativo, nota-se que os territórios sofrem com a falta de políticas públicas e equipamentos sociais, pois, em sua grande maioria, possuem apenas escolas, que atendem as crianças até os anos finais do Ensino Fundamental. Enfrentam grande carência no que se refere a equipamentos de lazer, infraestrutura (água, esgoto, estradas), comunicação (acesso à internet) e saúde, revelando a ausência do Estado no que se refere ao atendimento das necessidades básicas dos povos do campo.

Ainda no que diz respeito à saúde, um dado positivo é o que os territórios foram pouco afetados pela pandemia do Novo Coronavírus, pois embora quase a totalidade dos territórios tenha relatado casos, o número de óbitos foi bastante baixo, tendo sido notificados em menos que 20% das comunidades. No entanto, caso a crise pandêmica se agrave, como vem se prenunciando no último período, os territórios se encontrarão em grave vulnerabilidade, pois menos de 15% deles possui Unidade Básica de Saúde ou algum equipamento similar e, apesar de cerca de 85% afirmar a existência de Agentes de Saúde, destes mais de 40% atestam que as visitas são esporádicas e que poucos programas são desenvolvidos nas comunidades. O acesso a atendimento médico e hospitalar nas cidades próximas também é relatado como precário, seja pela dificuldade de chegar aos locais, devido más condições das estradas e indisponibilidade de transporte público, seja pela ausência de equipamentos de saúde.

Outro fator que merece destaque, é o relato da falta de iniciativas de práticas populares de saúde nos territórios. As poucas experiências que pudemos localizar, partem de iniciativas individuais concernentes ao uso de ervas para o tratamento de algumas enfermidades, de certa forma desperdiçando o vasto conhecimento popular e o potencial organizativo presente nestas comunidades. Foram justamente este cenário desafiador e a percepção da potencialidade mobilizadora e organizativa destes territórios que nos impulsionaram a organizar este Curso de Agentes Populares de Saúde.

Longe de defender uma substituição do Estado no que diz respeito às suas atribuições na saúde pública, nosso propósito foi o de fortalecer a organização popular na dimensão do cuidado com uma comunidade que as educandas/os conhecem em profundidade e à qual pertencem. O grande desafio seria, então, impulsionar práticas profiláticas e de tratamento no combate ao vírus, a partir da difusão de informações científicas, da conscientização, da orientação de condutas e da recuperação de saberes tradicionais/ancestrais, fortalecendo resistência e a solidariedade nos territórios, por meio da mobilização popular.

A pandemia nos impôs o mundo virtual como alternativa para a realização de diversas atividades, seja ampliando o trabalho e o estudo remotos, seja no campo da formação e da articulação política. No entanto, embora apresentem muitas potencialidades, encurtando distâncias e massificando importantes reflexões, o abismo social entre pobres e ricos, característico do Brasil, também se expressa no acesso e uso de ferramentas tecnológicas. A análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), demonstra que em 2017 apenas 56,1% dos maranhenses acessavam à internet, sendo que 99,5% o faziam por meio do celular, colocando o Maranhão na última posição do país.

Este dado nos revela de antemão as dificuldades que enfrentaríamos no que diz respeito à participação das educandas/os no curso. Apesar de terem acesso à internet, muitos não conseguiriam acompanhar as aulas on-line, pois dispunham apenas de dados móveis ou de conexões lentas, o que inviabiliza o acompanhamento das aulas em tempo real. A solução encontrada pela Coordenação Político Pedagógica do Curso foi gravar as aulas e criar um site, onde as educandas/os pudessem acessar os materiais de estudo, as orientações pedagógicas para a realização dos trabalhos e os vídeos das aulas ministradas<sup>3</sup>. As redes sociais também se tornaram um meio importante de comunicação e acompanhamento aos educandos, com a formação de grupos por regiões/estados.

---

<sup>3</sup> O site foi construído pela CPP do MST como forma de dar suporte ao estudo. Para maiores informações, basta acessar o site: <http://sites.google.com/view/agentespopularesma>

Fomos aprendendo e ensinando aos poucos como utilizar as ferramentas a nosso favor. A grande diversidade geracional trazia para o curso companheiras e companheiros mais velhos, com pouco domínio no uso de tecnologias, mas foi com grande satisfação que presenciamos a superação das dificuldades dos primeiros encontros, em que o áudio não funcionava, a câmera não ligava, o microfone permanecia aberto tomando a aula dos sons das casas. E ao fim e ao cabo, nos encontrarmos *on-line* acabou por se tornar muito proveitoso, prazeroso e divertido, fazendo do telefone celular uma arma, um instrumento de aprendizado.

Levando todos estes fatores em conta, a frequência às aulas em tempo real nos surpreendeu. Embora oscilasse bastante, entre 80 e 50 acessos, consideramos que, levando-se ainda em conta que muitas educandas/os assistiam às aulas coletivamente (em grupos que chegavam até a 8 educandos), respeitando o distanciamento social, o comparecimento foi bastante satisfatório. Pelo que pudemos apurar, a baixa na frequência em alguns encontros estava, em geral, atrelada às condições climáticas, pois, quando chovia, os territórios sofriam com a falta de energia ou sinal de celular/internet.

Certamente, a realização de um curso pelos meios virtuais impõe desafios e não estivemos à margem deles. Manter as educandas/os presas a um telefone ou computador por 4 horas, a cada 15 dias, aprendendo a manejar os recursos, acessar, gravar e enviar trabalhos pelas redes sociais foi um grande esforço e aprendizagem para todas/os. Alguns educandos, infelizmente, ficaram pelo caminho, mas 82% da turma cumpriu as etapas e a realização dos trabalhos, superando nossas expectativas.

As questões metodológicas também foram bastante desafiadoras. Como realizar uma formação alinhada à Educação Popular por meio virtual, possibilitando a participação efetiva dos sujeitos na produção do conhecimento? Para superar tal desafio contamos com uma Coordenação Político Pedagógica muito comprometida e criativa e com assessores alinhados com a proposta do curso, que fizeram dos momentos de formação um espaço de diálogo, partindo da realidade das educandas/os, trazendo reflexões muito relevantes sobre os temas. O inventário da realidade elaborado pela turma nos auxiliou a ter maior clareza sobre o chão no qual pretendíamos incidir e os momentos de orientação de ações práticas a serem desenvolvidas no Tempo Comunidade fincaram nossas raízes nos territórios.

A socialização destas atividades nos grupos de WhatsApp, por meio de vídeos, revelou a riqueza da diversidade de organizações sociais, povos, regiões/territórios e geracional do Curso. A cada atividade recebida podíamos notar o crescimento das educandas(as), de seu envolvimento e desenvoltura na realização

das ações. Destacamos as atividades relacionadas ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Como já dito, um dos objetivos do Curso foi o enfrentamento às consequências da pandemia na vida da população. Além do descaso governamental que resultou em mais de 180 mil mortes em 2020, deixando também milhões de brasileiros à própria sorte, destacamos o aumento gritante da violência contra as mulheres. Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e vice-secretária geral das Nações Unidas, declarou em comunicado que a violência contra mulheres e meninas é uma pandemia invisível que as atinge justamente onde deveriam estar seguras, o seu próprio lar (Onu Mulheres, 2020, s/p).

Assim, em dois dos encontros nos desafiamos a trazer presente o debate sobre a violência contra as mulheres e as formas de enfrentamento, propondo como trabalho de Tempo Comunidade a realização, nos *territórios*, de rodas de conversas sobre a temática. O retorno que obtivemos da atividade foi muito forte e sensível. Muitas educandas/os participaram ativamente dos debates e compartilharam a realidade que vivem as mulheres do campo e da cidade, formando uma rede solidária sobre o tema.

O que pudemos constatar é que os temas propostos pelo Curso mobilizaram a turma, fortalecendo sua consciência política, que deve ser forjada sempre em situações que aproximam o povo de sua realidade. Em um momento em que uma pandemia assola o país, o povo poder se reunir e sentir-se capaz de gerar mudanças por meio da luta e da mobilização popular é uma grande conquista. Neste sentido, a parceria entre Universidade e Movimentos Populares só tem a contribuir com este processo, qualificando ações, através da socialização do conhecimento produzido pela humanidade e colocando-o a serviço do povo, para que, de posse dele, possa transformar a sua história, como nos ensina Paulo Freire.

Em nosso encontro final de avaliação, poder escutar as educandas/os dizerem com orgulho que “agora são Agentes Populares de Saúde”, foi o maior indicativo de que os objetivos do Curso foram atingidos. Ao ouvirmos seus relatos pudemos perceber que este processo formativo possibilitou a mobilização das comunidades em torno de um só objetivo, compreendendo que, para além da exigência do cumprimento de seus direitos por parte do poder público, cuidar de si também significa cuidar dos demais membros da comunidade e que, coletivamente, podemos potencializar processo de organização e poder popular.

### **Considerações finais**

A pandemia da Covid-19 trouxe-nos a necessidade de ficarmos unidos, mesmo que separados pelo distanciamento social. Esta situação absurda e inimaginável que vivemos, nos impôs muitos desafios e tristezas, mas também

recuperou ensinamentos valiosos sobre a força da luta, da organização popular e da solidariedade entre o povo. Esperamos que o Curso ainda possa nos dar outros frutos, que perdurem para além dos tempos difíceis que vivemos, e que ainda teremos que viver, ampliando as práticas de cuidado entre os seres humanos e com a natureza, tratando a mente, acalmando a alma, usufruindo do conhecimento popular de terapias alternativas, preservando a mãe natureza, produzindo alimentos saudáveis, derrotando a violência e construindo afetos.

## Referências

- BRUCKMANN, Monica. *Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana*. Libro. 2011. Disponível em: <<https://cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2020.
- CNPV. *Agentes populares de saúde: ajudando minha comunidade no enfrentamento da pandemia da Covid-19*. (Cartilha)
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIMONET, Jean-Claude. *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CE-FFAs*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD 2017). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/10070/64506>>. Acesso em: 18 nov.2020.
- MELITO, Leandro. O que têm sido as ações de solidariedade do Periferia Viva? *Brasil de Fato*, 27 out. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/27/o-que-tem-sido-as-acoes-de-solidariedade-do-periferia-viva?>>. Acesso em 15 nov. 2020
- ONU MULHERES. *A violência contra mulheres e meninas é uma pandemia invisível*. 07 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>>. Acesso em 15 nov. 2020.
- SANTOS, João Vítor. 1º de maio em tempos de pandemia: a mutação do capitalismo e a degradação do trabalho: entrevistas especiais com Ricardo Antunes, Clemente Lúcio e José Dari Krein. *IHU-On Line*, 01. Mai. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598528-1-de-maio-em-tempos-de-pandemia-a-mutacao-do-capitalismo-e-a-degradacao-do-trabalho-entrevistas-especiais-com-ricardo-antunes-clemente-lucio-e-dari-krein>>. Acesso em 17 nov. 2020.
- SOF. *O trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Disponível em <<http://mulheresna pandemia.sof.org.br/>>. Acesso em 17 nov. 2020.